

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Silvana Rodrigues Tomé**

**A PRESENÇA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS  
PÚBLICAS E PRIVADAS DE PORTO ALEGRE:  
Um estudo comparativo**

Porto Alegre

2012

Silvana Rodrigues Tomé

A PRESENÇA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS  
PÚBLICAS E PRIVADAS DE PORTO ALEGRE:  
Um estudo comparativo

Monografia apresentada no curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosimeri Aquino da Silva

Porto Alegre

2012

## DEDICATÓRIA

*A todos que acreditam na educação e a ela se dedicam.*

*A minha grande família que sempre me apoiou com muito amor, em minhas escolhas.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, fiel amiga, pelos esforços que fez e faz para contribuir com o avanço dos meus estudos. Pela excelente educação que me proporcionou, pelo apoio e incentivo incansáveis. Por toda doação e sacrifícios que ofereceu a mim e meus irmãos.

À minha filha amada Rafaela, *meu amor, minha flor, minha menina*, que durante este período de intenso trabalho, apresentou maturidade e compreensão com meus momentos de ausência. Por tantas noites abrir mão do conforto de sua cama para adormecer no sofá por querer ficar ao meu lado enquanto eu produzia este trabalho.

Aos meus queridos irmãos Cristina, Fernando e Luciane, por toda ajuda e incentivo que me deram nesta longa caminhada. Meus amigos e parceiros nos momentos de alegria, tristeza, risos e choros.

À professora Rosimeri Aquino da Silva por ter aceitado orientar na produção deste trabalho, pelo tempo, paciência e dedicação disponibilizados. Por compartilhar seus saberes e experiências com tanta dedicação nas aulas de estágio.

Aos professores e colegas da UFRGS que no decorrer de minha vida acadêmica, compartilharam conhecimentos, autores, teorias, artigos, experiências, contribuindo nesta minha busca pelo conhecimento.

Aos meus queridos amigos e colegas de trabalho Marcelo, Liane, Debora, Lucas, Gabriela, Domingos, pela amizade, palavras de incentivo, compreensão durante esta caminhada.

A todos, obrigada por fazerem parte da minha vida e estarem comigo nesta trajetória!

## RESUMO

Este texto pretende problematizar o papel da Sociologia no contexto das esferas públicas e privadas de ensino. Considerando a construção do currículo escolar como um fenômeno sociológico, este tema será abordado à luz da Sociologia da Educação sob as considerações de Pierre Bourdieu. O objetivo do estudo é realizar uma análise comparativa entre o sentido do ensino de Sociologia em escolas públicas e privadas de Porto Alegre, investigando a que interesses atendem os programas de Sociologia nestes campos escolares, considerando os diferentes discursos dos agentes do campo recontextualizador (professores e alunos). Problemáticas suscitadas durante a experiência do Estágio de Docência do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, tais como: perspectivas, métodos de ensino, conteúdo, função educativa da Sociologia na educação básica foram abordadas, revelando os avanços e limites da disciplina nos espaços investigados.

## SUMÁRIO

<b>0. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1. NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA: PRÁTICA DE ENSINO NO CAMPO RECONTEXTUALIZADOR .....</b>	<b>12</b>
1.1. Relato sobre a inserção no espaço escolar .....	12
1.2. Primeiras experiências de docência .....	15
1.3. Reflexões acerca da experiência .....	15
<b>2. PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA .....</b>	<b>18</b>
2.1. Currículo escolar como instrumento de reprodução da dominação simbólica .....	21
2.2. Pensando o currículo de Sociologia no campo da recontextualização .....	24
<b>3. A RECONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO: ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>31</b>
3.1. Breve consideração sobre o ensino público e privado .....	31
3.2. Considerações sobre as escolas pesquisadas .....	32
3.3. Professores entrevistados .....	33
3.4. Significações da Sociologia segundo os professores .....	34
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>41</b>

## Introdução

### **Apresentação do tema, objetivos e procedimentos metodológicos.**

---

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Foucault

Após muitos anos percorrendo caminhos de intermitência na educação básica, a partir de 2006 a Sociologia volta às grades curriculares do ensino médio como disciplina obrigatória.

Trata-se de um avanço e uma conquista para a Sociologia, considerando as lutas pela consolidação da disciplina ao longo de sua história<sup>1</sup>, porém a reintrodução da Sociologia no ensino médio apresenta-se problemática devido à sua existência irregular nos currículos das escolas secundárias.

Como exposto por Mota (2005, p.93)

Por ser uma área nova na escola e possuir escassa produção científica, a Sociologia ainda ocupa um lugar marginal no rol dos componentes curriculares, figurando com pouca carga horária ou tendo seus conteúdos diluídos em outras ciências humanas (...) o que possivelmente a impede de conquistar e solidificar seu espaço numa estrutura de ensino ainda majoritariamente disciplinar. Quanto à produção científica recente, raros são os trabalhos que tematizam o assunto.

A inserção da sociologia na educação básica no Brasil é marcada por sua intermitência, suas idas e voltas às grades curriculares e, em consequência disso, permanecem muitas dúvidas a respeito do sentido para o ensino da ciência social e de suas especificidades em relação às demais disciplinas das ciências humanas. Este é um grande desafio para o docente desta área, pois percebe-se uma dificuldade da sociologia em firmar-se como área de conhecimento fundamental para a formação humana, exigindo do professor que esteja, a todo momento tendo de reafirmar a pertinência do ensino da sociologia, em relação às disciplinas que possuem uma longa e sólida tradição no meio escolar.

A experiência de estágio me permitiu verificar em ato essa posição marginal (não raramente) ocupada pela sociologia do rol das disciplinas oferecidas ao ensino médio: nos comentários dos alunos sobre a utilidade/validade de se dedicar a essa disciplina (lembro-me

---

<sup>1</sup> Cito alguns estudos que abordam o histórico da disciplina no sistema educacional brasileiro: MORAES (2003); MOTA (2005); SANTOS (2002); SILVA (2005) e MEIRELLES (2009)

do estágio I que, em vésperas de provas de matemática, os alunos solicitavam que a aula fosse cancelada para que pudessem estudar matemática), nos comentários de outros professores e nos relatos de outros colegas de estágio.

A esse respeito Flávio Sarandy (2002) afirma:

Ao afirmar a pouca legitimidade da sociologia enquanto disciplina de ensino médio e, como consequência direta desse fato, a necessidade de construção de um consenso social mínimo quanto a sua importância nos projetos pedagógicos das escolas, parto da ideia de que o problema da legitimidade da disciplina, os apontados anteriormente nos textos oficiais e nos livros didáticos/planos de curso, bem como a não existência de um campo de estudos consolidado sobre o ensino de sociologia, têm uma origem comum: a falta de tradição das ciências sociais nos meios escolares e sua intermitência enquanto disciplina escolar. (pg. 6)

São muitos os desafios a serem superados para a consolidação da Sociologia no espaço escolar: compreensão quanto ao papel da disciplina; valorização da Sociologia pela comunidade escolar<sup>2</sup>; definição e consolidação de conteúdos mínimos e obtenção de material didático adequado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 36, inciso III) prevê que o educando tenha, ao final do ensino médio “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”.

Os agentes envolvidos na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – 1999) reconhecem a Sociologia no ensino médio como um “instrumento genérico para a construção da cidadania” (CASÃO E QUINTEIRO, 2007). Já nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN – 2006), espera-se da Sociologia (agora reconhecida como disciplina), superar a vaga função de “educar para a cidadania”.

As razões pelas quais a Sociologia deve estar presente no currículo do ensino médio são diversas. A mais imediata, e de que já se falou, mas não parece suficiente, é sobre o papel que a disciplina desempenharia na formação do aluno em sua preparação para o exercício da cidadania. Isso se tem mantido no registro do *slogan* ou clichê; quer-se ultrapassar esse nível discursivo e avançar para a concretização dessa expectativa. (BRASIL, 2006, p. 109)

Analisando os discursos quanto ao papel da Sociologia no Ensino Médio oriundos das três dimensões do sistema educacional, definidas por Berstein (2003) como: campo da

---

<sup>2</sup> Entende-se por comunidade escolar o conjunto de alunos, pais, ou responsáveis perante a escola, professores, membros da supervisão, direção e demais servidores.

contextualização (academia, universidade, intelectuais, consultores); campo recontextualizador oficial (Estado, governos, secretarias de educação); e campo recontextualizador (escola, comunidade), percebem-se diferentes representações sobre a disciplina e sobre sua relevância, representações estas que influenciam na elaboração do currículo, assim como nas práticas pedagógicas dos agentes do campo recontextualizador (escola) e conseqüentemente impactam na compreensão e valorização da disciplina por parte dos alunos.

Diante destas questões discutidas no decorrer do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e vividas nos estágios docentes curriculares, percebi a necessidade de refletir sobre a finalidade do ensino da Sociologia no ensino médio, os objetivos inerentes à sua inclusão pelos agentes dos diferentes campos educacionais, assim como investigar se os objetivos estão sendo alcançados. Para tanto, optei por investigar quanto ao ensino da Sociologia e sua relevância em escolas públicas e privadas, através da análise das propostas pedagógicas de escolas direcionadas às elites e de escolas direcionadas às classes populares.

O objetivo aqui é realizar uma análise comparativa entre o sentido do ensino de Sociologia em escolas públicas e privadas de Porto Alegre, investigando a que interesses atendem os programas de Sociologia nestes campos escolares, considerando os diferentes discursos dos agentes do campo recontextualizador (professores e alunos), adotando como referenciais teóricos a sociologia da educação e a sociologia do currículo, pois, como define Ilieizi Silva (2005, pg. 2) “*são especialidades das ciências sociais que fornecem instrumentais teóricos centrados nos fenômenos educacionais da sociedade contemporânea*”.

A teoria de Pierre Bourdieu serviu como base no desenvolvimento teórico deste trabalho, através de sua análise crítica do sistema escolar, ao identificar a relação entre o sistema de ensino e a estrutura das relações entre as classes.

Cinco questões nortearam este trabalho, constituindo o problema da pesquisa: (1) A sociologia no ensino médio se legitima sob quais os argumentos? Qual a compreensão sobre sociedade, educação e ensino dos agentes da elaboração dos currículos e das propostas de conteúdos de sociologia? (2) Que Sociologia é ensinada e quais os procedimentos adotados pelos professores para conversão do conhecimento científico em disciplina escolar? (3) A Sociologia cumpre suas potencialidades educativas na escola? (4) Qual a percepção dos professores sobre a função educativa da Sociologia na escola? Na primeira questão, faço referências às condições ou fatores que permitiram a institucionalização da disciplina e sua posição frente a outras disciplinas. Nas questões seguintes, refiro-me aos conteúdos e metodologias para o ensino da Sociologia e às implicações decorrentes de sua seleção.

Para realizar este estudo me baseei em entrevistas concedidas por professores da disciplina de Sociologia de escola pública e privada. As entrevistas foram semidirigidas e questionavam os entrevistados sobre seu ano de formação; há quanto tempo estão em sala de aula; o que pensam a respeito do ensino de sociologia na escola; quais são os temas e questões que trabalham em sala de aula; como pensam o plano de ensino; quais são seus objetivos ao ensinar sociologia; quais materiais e recursos didáticos costumam utilizar; quais são os maiores desafios ao ensinar sociologia; qual a opinião sobre a obrigatoriedade de seu ensino a nível nacional; e, por fim se já participaram de discussões, oficinas ou minicursos sobre a Sociologia na educação básica.

Foram entrevistados professores provenientes das instituições de ensino: Escola Estadual de Ensino Médio Agrônomo Pedro Pereira, localizado na zona leste de Porto Alegre, bairro Agronomia e do Colégio Nossa Senhora da Glória, localizado na zona leste de Porto Alegre, bairro Glória (sistema privado de ensino).

Assim, no capítulo 1 farei uma exposição sobre a minha experiência enquanto agente do campo recontextualizador, vivida durante minha inserção na escola nas atividades de estágio de docência 1.

No capítulo 2 apresento algumas considerações sobre a intermitência da disciplina nos currículos das escolas secundárias brasileiras, refletindo sobre a condição da disciplina ao longo do período compreendido desde a tentativa de inserção da disciplina nos currículos da escola média no Brasil (1891), até sua obrigatoriedade, promulgada em 2008. Conhecer a trajetória da Sociologia na escola é fundamental para a compreensão quanto à condição atual da disciplina no ensino médio.

No terceiro capítulo, apresentarei uma reflexão sobre o currículo escolar e mais especificamente o currículo de Sociologia na educação básica. Pierre Bourdieu (1975), através das proposições acerca da produção, manifestação, manutenção e legitimação da violência simbólica na e pela instituição escolar, apresenta-se neste trabalho, como teórico central.

No capítulo 4 farei algumas considerações sobre as escolas pesquisadas; sobre as entrevistas concedidas pelos professores; os temas e questões trabalhados por eles em sala de aula; e o que pensam os professores com relação à disciplina.

Nas considerações finais pretendo verificar se a sociologia está ou não cumprindo sua finalidade conforme a legislação vigente<sup>3</sup> a partir dos resultados da pesquisa, demonstrando as

---

<sup>3</sup> Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 2006 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) que, em seu artigo 36, determina a inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio, apoiada pelo documento Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNEM, 2006)

limitações do trabalho e fazendo sugestões para seu prosseguimento.

## Capítulo 1

### Notas sobre a experiência: Prática de ensino no campo recontextualizador

---

Larrosa (2002) propõe o exercício de pensar a educação a partir do par *experiência/sentido*. Experiência, segundo o autor, deve ser definida como fruto do que “nos passa”, que “nos acontece”, o que “nos toca” e não o que passa, o que acontece, o que toca. Assim, para obter experiência, é necessário estar em condição de que algo nos aconteça, algo nos passe, algo nos toque, ou seja, em uma situação de exposição, de perigo, de riscos. Com relação ao saber da experiência, o conhecimento é adquirido à medida que respondemos ao que vai nos acontecendo ao longo da vida e à medida que vamos atribuindo sentido ao que nos acontece, somos transformados por tais experiências.

Nas palavras do autor:

Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude. Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. (LARROSA, 2002 p.27)

Percebo a prática de ensino realizada nos estágios de docência 1 e 2 como uma experiência adquirida tal como exposto pelo autor, como algo que me passou, que me aconteceu, me tocou, em momentos de elaboração do sentido sobre o ato de ensinar e mais especificamente, de ensinar sociologia. É sobre esta aquisição de experiência durante o estágio de docência 1 que apresentarei as considerações a seguir.

#### 1.1 Relato sobre a inserção no espaço escolar

A escola em que realizei o estágio está localizada no bairro Medianeira, em Porto Alegre, atualmente dirigida pelas professoras Magali Silveira de Quadros (Diretora) e Cláudia Martins Dusso (Vice-Coordenadora). A instituição oferece cursos de nível médio, técnico em

contabilidade e curso normal, dividindo as habilitações em educação infantil (duração de dois anos) e habilitação em educação infantil e anos iniciais para crianças, jovens e adultos (duração de quatro anos), funcionando nos turnos da tarde e noite.

Em um primeiro momento foram observadas as características organizacionais da instituição, suas normas de funcionamento; o perfil do aluno, o contexto socioeconômico tanto dos alunos como do professor de sociologia. Num segundo momento foram observadas as práticas de regência do professor de sociologia da escola e, finalmente, buscando agregar os saberes da área de Ciências Sociais com os interesses e contextos socioculturais dos alunos, foi elaborada a proposta de planejamento didático-pedagógico e a execução do planejamento, através da regência de classe.

A instituição, que divide espaço com a Escola Estadual Costa e Silva (esta ocupa o prédio no turno da manhã) dispõe de uma boa infra-estrutura, contando com 1 biblioteca, 1 sala de multimeios com acesso à internet, sala de informática, laboratório de ciências, 2 auditórios com computadores, data-show e acesso à internet; sala de teatro, sala dos professores, sala de estudos, secretaria, sala da direção, copa e um pátio central, área coberta com bancos e televisão, estacionamento, banheiros para professores e dois para os alunos e quadras esportivas.

Ao observar a escola, percebi como características marcantes da administração, a ênfase na comunicação, disciplina e organização. Na entrada da escola, há um painel eletrônico, informando sobre questões relacionadas à logística (falta de professores, mudança de sala, atividades excepcionais, etc). Um manual é entregue ao aluno iniciante, com informações minuciosas sobre o funcionamento da escola e sua política, informando nomes dos funcionários, suas funções e forma de contato, horários de atendimento, mapa da escola, normas de convivência, grade de horários, entre outras coisas. A escola possui câmeras instaladas em vários locais da escola, ligadas todo o tempo e monitoradas na sala da direção.

Os alunos me relataram que, na semana anterior ao meu ingresso na escola, ocorreu a expulsão de um aluno, pois havia atirado uma “bombinha” no corredor, causando tumulto na escola. O aluno foi reconhecido através da câmera e chamado na diretoria. Percebi, ao conversar com alguns alunos, satisfação com esta prática de controle adotada pela direção da escola.

No questionário que apliquei para conhecer os alunos no início do estágio, quando questionados sobre a estrutura da escola, predominou entre as respostas, a classificação “ótima”.

Ao procurar a escola, fui muito bem recebida e orientada quanto às burocracias do

estágio e funcionamento da escola por todos com quem fiz contato (secretaria, supervisão, direção, professores).

Sempre que precisei, tive acesso aos recursos e espaços que a escola oferece para o desenvolvimento das aulas.

A escola oferece para o ensino médio, 4 períodos de sociologia por semana, no terceiro ano. Como a carga horária foi suficiente para cumprir as horas de prática necessárias e, devido aos compromissos que tenho, detive-me em acompanhar uma única turma, conhecida como 57.

Após contato com o professor regente e aceitação de meu estágio, iniciei as observações da turma. No primeiro dia, entrei com o professor regente e fui apresentada à turma por ele. O professor explicou a necessidade e a importância de meu ingresso na turma, para a conclusão de meu curso e solicitou ao grupo, apoio e compreensão com o meu estágio. A turma não se manifestou e a aula iniciou normalmente.

Na segunda semana de observação, após solicitar autorização do professor regente, apliquei um questionário, visando conhecer a turma. O questionário contemplava questões com vistas a obter informações sobre o nível socioeconômico e modo de vida dos alunos, profissão, meios de comunicação utilizados, perspectiva para o futuro. Questionei também a visão do aluno sobre a instituição escolar e suas impressões sobre a sociologia.

A análise das respostas me permitiu traçar um perfil da turma e planejar aulas a partir das respostas dos alunos. Foi respondido um total de 12 questionários, de uma turma com 19 alunos e através destes pude concluir que no período noturno a faixa etária dos alunos está em sua maioria entre 17 e 22 anos.

Em sua maioria são solteiros, 95%, moram com os pais 55% e não tem filhos 90%, isso mostra que os estudantes estão iniciando sua vida conjugal mais tarde e morando mais tempo com os pais.

Alguns alunos estudam no período noturno para poderem trabalhar durante o dia, dos 12 alunos que responderam o questionário 7 responderam que estudam a noite e trabalham durante o dia.

A renda média familiar em sua maioria é de até 3 salários mínimos, onde 65% correspondem a esse valor, sendo esse um dos motivos de maior importância para que o estudante comece a trabalhar desde cedo deixando a escola em segundo plano.

## **1.2 Primeiras experiências de docência**

Minha primeira regência foi no dia 26/05/2011 (quinta-feira): Neste dia estava extremamente nervosa, realizando um grande esforço para superar uma das características marcantes que tenho que é a timidez e dificuldade em falar para muitas pessoas. Neste dia me apresentei aos alunos, e fiz uma exposição do Curso de Ciências Sociais e da Sociologia, baseando na leitura do texto “Quando crescer quero ser sociólogo”.

Neste momento a escola estava passando por uma situação importante: a decisão dos professores em aderir à Greve dos Municipários, que em Assembléia, haviam rejeitado a proposta de reajuste salarial de 7% feita pela prefeitura. Ao final da aula, os professores iriam se reunir para definições sobre a greve, mas o professor Rui já havia informado que, pela primeira vez em sua carreira profissional, não iria aderir à greve, pois estava em processo de aposentadoria e temia que sua adesão impactasse na interrupção do processo.

Fiquei bastante aliviada quando o professor informou que não iria aderir à greve, pois temia que meu estágio tivesse de ser interrompido em função da paralisação.

No dia seguinte: dia 27/05/2011 (sexta-feira) fui à escola para o segundo dia de regência e, em função da adesão da maioria dos professores à greve, compareceram apenas 5 alunos. Mesmo assim, dei continuidade ao estágio, abordando, neste dia, reflexão sobre o Senso Comum e Conhecimento Científico.

Na semana seguinte, a greve havia terminado e os alunos retornaram para a escola.

Encerrei minha prática no dia 07/07/2011. Neste dia, após a leitura do texto apresentado, me despedi dos alunos, solicitei que eles preenchessem a avaliação que entreguei a eles e, por fim, agradei ao apoio da turma durante minha estada na escola.

## **1.3 Reflexões acerca da experiência**

Considero que o estágio foi muito importante em vários aspectos, entre eles, conhecer e me aproximar do ambiente escolar e dos alunos, para poder interagir e mostrar a importância do estudo da sociologia no ensino médio, analisar o sistema e os métodos da educação no ensino médio nas escolas públicas, superar minhas limitações e inseguranças enquanto futura professora.

Durante este período do estágio, passei por diferentes situações que despertaram sentimento contraditórios, tais como medo, motivação, sentimento de incapacidade,

satisfação, vontade de desistir, mas, através das conversas com a professora orientadora e com os colegas de estágio, compartilhando as dificuldades enfrentadas, as dúvidas, as ideias, consegui superar as barreiras e concluir a prática docente.

Através da atividade realizada ao longo do semestre, ficou claro que a inserção do professor de sociologia no contexto escolar deve ser precedida por uma profunda reflexão sobre o papel das Ciências Sociais na educação básica, seu objeto de ensino, os saberes envolvidos, o que ensinar, como ensinar e com que objetivo, bem como a compreensão da escola como espaço sociocultural e uma cuidadosa análise sobre a constituição das identidades dos estudantes, enquanto jovens e alunos.

Quanto à metodologia de ensino das Ciências Sociais na escola, entendi que para se definir maneiras de ensinar sociologia, alguns fatores devem ser levados em consideração, tais como, a definição do papel da sociologia enquanto disciplina, os objetos a serem definidos, a escolha dos temas, a bibliografia de referência, as condições e a estrutura organizacional da escola, os pressupostos pedagógicos, a concepção de juventude. Tais fatores fundamentam a escolha metodológica do ensino.

Devido à vastidão de temas estudados em sociologia e a velocidade com que ocorrem as mudanças do mundo moderno, que precisamos acompanhar, é difícil definir o que ensinar, causando uma ansiedade e incertezas ao definir programas, conteúdos e metodologias de ensino.

Disposta a aplicar um método de ensino com vistas a propor, nas palavras de Ileizi Silva (2009), um “exercício que poderá nos aproximar do que seria ensinar sociologia, desenvolvendo a *imaginação sociológica* ou o *raciocínio sociológico* nos alunos do Ensino Médio” procurei, inicialmente, ao apresentar o conteúdo proposto, obter dos alunos informações sobre seus conhecimentos prévios e suas impressões sobre o assunto. A partir da apresentação do conteúdo e da compreensão dos conhecimentos prévios dos alunos, procurei apresentar o sentido para que o assunto fosse abordado, expondo as razões para que determinado conteúdo fosse estudado, procurando conectar o conteúdo à realidade do aluno e ao conhecimento acumulado da sociologia.

Me senti muito bem acolhida na escola em que atuei. O convívio com o professor titular, um profissional com anos de experiência, foi valioso, pois a cada encontro, de alguma forma, recebia dele alguma dica importante e palavras de estímulo.

O convívio com jovens adolescentes foi marcante. Foi grande minha surpresa quando, no dia seguinte ao encerramento do meu estágio recebi uma notificação no facebook de um aluno que eu havia aceitado o convite dizendo: “acabou o estágio da Prof<sup>a</sup> Silvana Tomé,

todos choram” e os comentários dos outros alunos, concordando com ele, expressando tristeza quanto ao encerramento de minhas atividades. Esta expressão dos alunos foi gratificante, pois entendo que, de alguma forma, consegui uma aproximação com o grupo, ainda que em tão pouco tempo.

Poder lecionar conteúdos deste curso que escolhi e que, apesar de ter me afastado por um tempo, desde minha adolescência é minha grande paixão, foi gratificante.

Também está claro que é necessário realizar um constante aperfeiçoamento, seja com novas técnicas e muita leitura teórica, para poder satisfazer as dúvidas e curiosidades dos alunos e minhas enquanto futura licenciada em Ciências Sociais.

Trabalhar na área da educação, em especial na Sociologia, construindo novos conhecimentos através da discussão com meus professores, colegas e alunos foi uma realidade marcante para mim, pois me permitiu olhar a escola de outra forma, demonstrando em mim uma disposição inicial de me dedicar à prática de lecionar como melhor forma de transformar a realidade, pois, tal como Ileizi Silva (2002)

Minha concepção de ensino, ou do que é o ato de ensinar, funda-se numa visão positiva: ensinar é uma atividade da *práxis humana*, que garante a produção e a reprodução da sociedade e da história. Ensinar não é apenas uma atividade técnica circunscrita na escola, mas é uma ação política que visa a transformação dos alunos. Educar e ensinar são processos de conflitos, de desestabilizações e de *constrangimentos*. Não saímos do mesmo jeito que entramos nos processos de ensino-aprendizagem. Esse processo é histórico e deve ser baseado no acúmulo de saber que também é histórico. Ensinar Sociologia é uma atividade embasada nos mais de cento e cinquenta anos de história dessa ciência, nas necessidades contemporâneas e nas condições sociais. Nosso ponto de partida é o acúmulo da ciência e o papel do Ensino Médio no processo de construção do tipo de homem e de sociedade que desejamos forjar. (pg.70)

## Capítulo 2

### O Processo de institucionalização da sociologia na educação básica brasileira

---

La sociologie est un sport de combat.

Pierre Bourdieu

Este capítulo apresenta um breve histórico da presença da Sociologia nos currículos das escolas brasileiras e um convite à reflexão sobre a finalidade da Sociologia enquanto disciplina do ensino secundário, à luz da teoria crítica do currículo desenvolvida por Pierre Bourdieu.

Data de 1890 o início do debate sobre a introdução da Sociologia nos currículos oficiais da educação secundária brasileira. Neste período, Benjamin Constant, à frente do Ministério da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos, influenciado pelos ideais positivistas de Auguste Comte, propôs uma reforma de ensino na qual a Sociologia era introduzida como disciplina obrigatória tanto em cursos de nível superior como no nível médio, porém, com a morte de Benjamin Constant, a questão da introdução da Sociologia foi retirada da pauta da reforma proposta, sendo reintroduzida em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, onde a Sociologia passa a integrar os currículos da escola secundária brasileira, normal ou preparatória, chegando a figurar como exigência até em alguns vestibulares de universidades importantes. (BRASIL, 2006 pg. 102)

Em 1931 com a Reforma Francisco Campos, a condição da Sociologia como disciplina obrigatória é reafirmada, sendo esta ministrada ininterruptamente até 1942. A partir deste momento quando, na Reforma proposta pelo ministro da educação Gustavo Capanema<sup>4</sup>, a obrigatoriedade do ensino de Sociologia na escola secundária é retirada, inicia-se o histórico de intermitência, de idas e vindas da Sociologia nas grades curriculares da educação secundária. Deste período até 1961 a Sociologia permanece no curso normal, às vezes como Sociologia Geral e quase sempre como Sociologia Educacional, mas no curso clássico ou no científico praticamente desaparece.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases promulgada no país (Lei 4.024, de 20 de

---

<sup>4</sup> Um dos objetivos da Reforma Capanema foi desatrelar formalmente o ensino secundário do ensino superior, dando-lhe um projeto pedagógico próprio. Por isso, a principal mudança nela estabelecida foi a extinção dos cursos complementares que visavam a preparação para ingresso nas carreiras superiores de direito, medicina e engenharia. Uma das conseqüências do fim desses cursos foi a eliminação daquelas disciplinas como a Psicologia, a Geofísica e a Sociologia que na perspectiva posta pela Reforma Capanema desempenhavam uma função mais preparatória do que formativa<sup>103</sup>. Nessa Reforma, então, a Sociologia perde o caráter de disciplina e alguns dos seus conteúdos passam a integrar a proposta curricular de Filosofia no 3º ano do curso clássico. (SANTOS, 2002 pg. 43)

dezembro de 1961) manteve essencialmente a estrutura organizacional criada pela Reforma Capanema, tendo, porém, como novidade a abertura, possibilitando aos estados uma certa autonomia na organização das disciplinas e dos conteúdos referentes ao ensino secundário. De acordo com a nova LDB, caberia ao Conselho Federal de Educação indicar cinco disciplinas obrigatórias para todo o país e caberia aos Conselhos Estaduais de Educação indicarem as disciplinas complementares e as disciplinas optativas. (SANTOS, 2002 pg. 44).

Com os acontecimentos políticos ocorridos no país pós-64, a estrutura escolar passa por significativas alterações, com vistas a atender às exigências político-ideológicas vigentes, sendo consideradas, entre outras, as mais importantes, a Reforma Universitária (1968) e a Reforma de Ensino de 1º e 2º grau (1971), priorizando, neste momento, a formação profissionalizante dos jovens educandos. Nesta ocasião, a Sociologia é retirada inclusive do currículo do Curso Normal, no qual ainda marcava presença desde 1928 como disciplina específica.

Em suma, constata-se que no Brasil, no contexto dos regimes ditatoriais, não havia espaço para a Sociologia no ensino secundário. Cabe lembrar que, desde da década de 20, difundia-se a ideia do conhecimento sociológico servir para formar indivíduos com capacidade de questionar, investigar e compreender a realidade social. Como vimos, a prática do ensino dessa disciplina não atingiu esse objetivo, porém, a ideia por si só, não coadunava com o pensamento educacional autoritário. (SANTOS, 2002 pg. 47)

Com a promulgação da Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982, que retirou a obrigatoriedade de profissionalização do segundo grau, a Sociologia começa lentamente a ser reabilitada pelos programas curriculares. No ano de 1986, inserido no contexto de redemocratização do país, o Conselho Federal de Educação, através da resolução nº6, com vistas a reformular o currículo do segundo grau, recomenda o ensino de Filosofia como disciplina do núcleo comum e coloca a possibilidade da existência de dois tipos de curso: o acadêmico voltado para formação geral e o profissionalizante.

É importante considerar, como exposto por Meksenas (2010), que a valorização da Sociologia enquanto disciplina escolar há tempos é pauta de discussão no campo da contextualização, através de manifestações de intelectuais brasileiros.

No entanto, se no nível legal essa revalorização é recente, vale salientar que a intelectualidade brasileira vem há muito tempo insistindo na importância da Sociologia nos cursos secundários. Em 1949, participando de um simpósio sobre “O Ensino de Sociologia e Etnologia”, Antônio Cândido desenvolve o tema “Sociologia: Ensino e Estudo” e alerta para a necessidade de essa disciplina fazer parte do currículo de escola secundária, por contribuir para oferecer ao indivíduo

uma visão mais integrada da realidade social, superando a visão do senso comum. Em 1955 é a vez de Florestan Fernandes discutir o papel da disciplina, na apresentação do tema “O Ensino da Sociologia na Escola Secundária Brasileira” durante o Congresso Nacional de Sociologia. (MEKSENAS, 2010 pg 18)

Assim, neste contexto de redemocratização política do Brasil, a Sociologia volta a ser ministrada na escola secundária, sendo definida como “*fundamental na construção do direito à cidadania*”. (MEKSENAS, 2010 pg. 18), porém, deve-se considerar, como exposto por Mota (2005) que mesmo referida na LDB de 1996, permanece como elemento optativo para a escola.

Após algumas negociações na Câmara Federal, na qual o assunto voltou a ser discutido, a sociologia foi referida na lei máxima atual do sistema de ensino brasileiro, promulgada em 1996. Ainda assim, ela é apenas sugerida, juntamente com a filosofia, como elemento importante para o exercício da cidadania: não é, portanto, disciplina obrigatória, mas apenas uma das possibilidades (atividades, projetos, outras disciplinas) para compor a parte diversificada da grade curricular do ensino médio. (MOTA, 2005 pg. 95)

Em 2001, sob a justificativa de evitar maiores ônus aos Estados com a contratação de professores de sociologia e que não haveria licenciados suficientes para atender às demandas das escolas, a presidência da república vetou o projeto de lei nº 3.178-B, que tornaria o ensino de Sociologia e Filosofia obrigatórios no ensino médio. Após este episódio, as discussões quanto à obrigatoriedade da disciplina se mantiveram através das esferas estaduais, mantendo-se o caráter optativo da Sociologia como disciplina, uma vez que seus conhecimentos poderiam ser desenvolvidos de maneira transversal nas disciplinas já existentes.

No ano de 2005 o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação encaminhou, para apreciação do Conselho Nacional de Educação, o Ofício Nº 9647/GAB/SEB/MEC, de 15 de Novembro contendo em anexo documento intitulado “Diretrizes Curriculares das Disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio”, contendo uma série de considerações favoráveis à inclusão obrigatória no currículo do Ensino Médio e as razões que justificavam a inclusão de cada uma como disciplina obrigatória. Ao final da argumentação, de acordo com o Parecer CNE nº 38/2006, foi proposta a alteração da Resolução CEB/CNE Nº 3/98, Art. 10, § 2º, com supressão da alínea b e inclusão do § 3º com a seguinte redação: “*As propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento de componente disciplinar obrigatório à Filosofia e à Sociologia*”, sendo esta aprovada no dia

07 de julho de 2006. Finalmente, a disciplina Sociologia é instituída como componente curricular do Ensino Médio em todo o território nacional<sup>5</sup>. (HONORATO, 2007).

As décadas de afastamento da disciplina dos currículos oficiais da educação básica tornam a reintrodução da Sociologia um desafio um tanto problemático. Conforme exposto por Caregnato (2011, p.9)

“(...) elas (Sociologia e Filosofia) vêm sendo ministradas precariamente: por professores sem formação específica, com horários escassamente definidos nos currículos escolares, com conteúdos instáveis e variáveis em virtude da falta de discussão e de tradição, com materiais didáticos por elaborar e/ou aprimorar, entre outras dificuldades”.

Essa realidade foi amplamente trazida no relato dos colegas de estágio: troca constante do horário da disciplina visto outras necessidades das escolas, conteúdos que poderiam variar desde o estudo de textos de autoajuda até editoriais de revistas. Professores oriundos das mais diversas formações ministrando a disciplina, entre outras situações ilustrativas do “lugar” ocupado pela sociologia nas escolas da atualidade.

É diante deste quadro que nosso problema emerge: a sociologia no ensino médio se legitima sob quais os argumentos? Qual a compreensão sobre sociedade, educação e ensino dos agentes da elaboração dos currículos e das propostas de conteúdos de sociologia? Este estudo apresenta, portanto, uma proposta que leva em consideração o sentido que queremos atribuir à Sociologia enquanto disciplina escolar, através da análise sociológica do currículo<sup>6</sup>.

## **2.1 Currículo escolar como instrumento de reprodução da dominação simbólica**

Catani (2001), ao propor uma reflexão quanto às formas de apropriação da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, reforça a contribuição do autor para a

---

<sup>5</sup> Quanto à trajetória da Sociologia no Rio Grande do Sul, local de realização deste estudo, Meirelles (2009, p.4) destaca “Neste contexto (de décadas de luta da categoria de profissionais ligados às Ciências Sociais) em 1988, o governador Pedro Simon (PMDB) aprovou a Lei 8774, de 23 de dezembro, que dispunha sobre a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia no ensino médio. Entretanto, na prática, essa Lei nunca entrou em vigor, fato que deixou as disciplinas de Sociologia e Filosofia em uma posição marginal nos currículos escolares (...) no início do ano letivo de 2007, portanto, antes do prazo final de um ano dado pelo Parecer 38/2006 (07/07/2006) do Conselho Nacional de Educação (CNE) que trata da obrigatoriedade das disciplinas no ensino médio e da sua homologação por parte do Conselho Estadual de Educação (CEEEd/RS), das 909 escolas de ensino médio da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, 530 delas têm Filosofia e 321, Sociologia; somente 58 escolas não oferecem nenhuma das disciplinas.”

<sup>6</sup> Young apud Silva (2000 p.89) definiu como função de uma sociologia do currículo colocar as categorias curriculares, pedagógicas e avaliativas em questão, desnaturalizando-as, mostrando seu caráter histórico, social, contingente e arbitrário.

Sociologia da Educação no sentido que este reconhece a educação como mecanismo de reprodução de toda dominação simbólica. É neste sentido que suas proposições contribuirão para uma análise crítica do currículo da Sociologia que proponho neste capítulo.

O problema proposto por Bourdieu era (e é) inteiramente outro: era (e é) o de mostrar como se dá a forte adesão dóxica dos agentes sociais à ordem estabelecida e como o sistema de ensino, sobretudo a partir das formas de classificação escolarmente sancionadas e reproduzidas, está implicado nesta adesão, quer dizer, nessa cumplicidade impensada, pré-reflexiva, incorporada como uma “segunda natureza”. (CATANI, 2001 p. 10)

Bourdieu e Passeron desenvolveram a teoria da reprodução<sup>7</sup>, adotando como princípio único de inteligibilidade, “*o sistema de relações entre o sistema de ensino e a estrutura das relações entre as classes*” (Bourdieu, 2011 p. 16). Para os autores, toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição de um poder arbitrário. A arbitrariedade constitui-se na inculcação de valores que orientariam cada grupo em suas atitudes e comportamentos, ou seja, tais valores não estão fundamentados em nenhuma razão objetiva, universal. Apesar de arbitrários, esses valores – ou seja, a cultura de cada grupo – são reconhecidos como os únicos possíveis ou, pelo menos, como os únicos legítimos. Como define Nogueira (2002, p.28)

Na perspectiva de Bourdieu, a conversão de um arbitrário cultural em cultura legítima só pode ser compreendida quando se considera a relação entre os vários arbitrários em disputa em uma determinada sociedade e as relações de força entre os grupos ou classes sociais presentes nessa mesma sociedade. No caso das sociedades de classes, a capacidade de legitimação de um arbitrário cultural corresponderia à força da classe social que o sustenta. De um modo geral, os valores arbitrários capazes de se impor como cultura legítima seriam aqueles sustentados pela classe dominante. Para Bourdieu, portanto, a cultura escolar, socialmente legitimada, seria, basicamente, a cultura imposta como legítima pelas classes dominantes.

Para Bourdieu, o mesmo ocorre no campo da recontextualização, ou seja, a cultura consagrada e transmitida pela escola não se trata objetivamente de uma cultura superior a nenhuma outra. O valor que lhe é atribuído é arbitrário, não está fundamentado em nenhuma verdade objetiva, inquestionável, porém, apesar de arbitrária, a cultura escolar é socialmente reconhecida como a cultura legítima, como a única universalmente válida.

Segundo a teoria da reprodução, para os alunos pertencentes à classe dominada, a escola representa uma ruptura no que refere aos valores e saberes de sua cultura, que é ignorada e desconstruída na sua inserção cultural, ou seja, lhes é imposto novos padrões ou

---

<sup>7</sup> A teoria foi apresentada na obra *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*.

modelos de cultura. Por outro lado, aos alunos pertencentes às classes dominantes, a cultura escolar é a sua própria cultura, adaptada à linguagem da comunicação pedagógica. Dentro desta lógica, o sucesso escolar é acessível aos sujeitos que já possuem o domínio da comunicação pedagógica, ou seja, apresentam habilidades e referências culturais e linguísticas (capital cultural) prévias à inserção na escola. Aos demais, estando desprovidos de conhecimentos prévios quanto à comunicação pedagógica imposta e distanciados de sua cultura, torna-se difícil sua trajetória na escola, sendo mais distante a probabilidade do destino escolar ser exitoso. Quanto à teoria da reprodução, Silva (2000 p.89) acrescenta:

Em Bourdieu e Passeron o currículo da escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças das classes dominantes podem facilmente compreender este código, pois durante toda sua vida elas estiveram imersas, o tempo todo, nesse código. Esse código é natural para elas. Elas se sentem à vontade no clima cultural e afetivo construído por esse código. É o seu ambiente nativo. Em contraste, para as crianças e jovens das classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável. Eles não sabem do que se trata. Esse código funciona como uma linguagem estrangeira: é incompreensível. A vivência familiar das crianças e jovens das classes dominadas não os acostumou a esse código, que lhes aparece como algo estranho e alheio. O resultado é que as crianças e jovens das classes dominantes são bem-sucedidas na escola, o que lhes permite o acesso aos graus superiores do sistema educacional. As crianças e jovens das classes dominadas, em troca, só podem encarar o fracasso, ficando pelo caminho. Completa-se o circo da reprodução cultural. É essencialmente através dessa reprodução cultural, por sua vez, que as classes sociais se mantêm tal como existem, garantindo o processo de reprodução social.

Bourdieu observa ainda que a autoridade pedagógica (AuP), ou seja, a legitimidade da instituição escolar e da ação pedagógica que nela se exerce, só pode ser garantida na medida em que o caráter arbitrário e socialmente imposto da cultura escolar é dissimulado. Apesar de arbitrária e socialmente vinculada a uma classe, a cultura escolar precisaria, para ser legitimada, ser apresentada como uma cultura neutra. Em poucas palavras, a autoridade alcançada por uma ação pedagógica, ou seja, a legitimidade conferida a essa ação e aos conteúdos que ela transmite seriam proporcionais à sua capacidade de se apresentar como não arbitrária e não vinculada a nenhuma classe social. (NOGUEIRA, 2002 p. 29)

O sistema de ensino só consegue se desincumbir tão perfeitamente de sua função ideológica de legitimação da ordem estabelecida porque esta obra-prima do mecanismo social consegue dissimular, como por um encaixe de caixas de duplo fundo, as funções que, numa sociedade dividida em classes, unem a função de inculcação, isto é, a função de integração integral e moral, à função de conservação da estrutura das relações de classe característica dessa sociedade. (BOURDIEU, 2011 p.236)

Assim, uma vez que reconhece que o sistema educacional reproduz, por meio de uma violência simbólica, as relações de dominação, ou seja, a estrutura de classes, reproduzindo de maneira diferenciada a ideologia da classe dominante, Bourdieu contribui para uma análise crítica do currículo, dos métodos pedagógicos e da avaliação escolar. Sobre a análise crítica do sistema de ensino de Bourdieu, Nogueira (2002, p. 33) resume:

Ao sublinhar que a cultura escolar é a cultura dominante dissimulada, Bourdieu abre caminho para uma análise mais crítica do currículo, dos métodos pedagógicos e da avaliação escolar. Os conteúdos curriculares seriam selecionados em função dos conhecimentos, dos valores, e dos interesses das classes dominantes. O próprio prestígio de cada disciplina acadêmica estaria associado a sua maior ou menor afinidade com as habilidades valorizadas pela elite cultural. A transmissão dos conhecimentos seguiria o que Bourdieu chama de pedagogia do implícito, o pleno aproveitamento da mensagem pedagógica suporia, implicitamente, a posse de um capital cultural anterior que apenas os alunos provenientes das classes dominantes apresentam. Finalmente, a avaliação dos professores iria muito além da simples verificação do aprendizado, constituindo, na prática, um verdadeiro julgamento social, baseado na maior ou menor discrepância do aluno em relação às atitudes e comportamentos valorizados pelas classes dominantes.

Destaca-se também na teoria de Bourdieu, a proposição sobre o *trabalho pedagógico*. Trata-se de um trabalho de inculcação que deve durar um longo tempo para produzir uma formação durável e profunda: um *habitus*<sup>8</sup>.

As proposições de Bourdieu levam a entender que, enquanto dotados de uma autoridade pedagógica e “*designados como dignos de transmitir o que transmitem e por conseguinte autorizados a impor a recepção e a controlar a inculcação por sanções socialmente aprovadas ou garantidas*” (2011, p.42) os professores possuem uma grande influência sobre os alunos, por isto o empenho dos agentes da dominação em definir o que entra o que fica fora/é retirado das grades curriculares e que conteúdos devem ser trabalhados nas disciplinas mantidas nas grades (o que auxilia na compreensão sobre a intermitência da Sociologia enquanto disciplina escolar).

---

<sup>8</sup> Habitus reconhecido como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da ação pedagógica e por isso de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado. (Bourdieu, 2011 p.53)

## 2.2 Pensando o currículo de Sociologia no campo da recontextualização

Basil Bernstein (2003) define o currículo como fruto da interação entre o campo da contextualização (comunidades científicas) de onde são recrutados pelo campo oficial recontextualizador (órgãos governamentais) para elaborarem tais documentos. Posteriormente, tais documentos são encaminhados para o campo da recontextualização (comunidade escolar) onde são novamente reelaborados por professores na sua prática pedagógica. Assim, segundo Ileizi Silva (2006)

Cria-se uma espécie de *comunicação pedagógica*, com um *discurso pedagógico*, a partir de um regulador do dispositivo que irá predominar como 'senso comum' nas escolas. É a partir desse *dispositivo pedagógico*, regulador da comunicação e da ação educativa que os saberes são reorganizados, disseminando nas escolas as novas *regiões* dos conhecimentos. (p. 2)

Para a adaptação dos conhecimentos científicos para conhecimento escolar, os discursos inerentes à disciplina são modificados, simplificados e direcionados para o contexto escolar, resultando em uma recontextualização do discurso, estando este *associado aos valores e aos princípios pedagógicos dominantes no processo*. (SILVA, 2006 p.4)

Reconhecendo o processo de passagem da ciência de referência para disciplina pedagógica, com base no esquema (figura 1) apresentado por Ileizi Silva (2006) sobre este processo, constata-se que a adaptação de uma ciência para uma disciplina escolar ocorre no campo da *contextualização* - espaço de produção dos conhecimentos e dos discursos da disciplina no campo científico/acadêmico - e no campo da *recontextualização* - espaço em que os conhecimentos e discursos são reelaborados através dos órgãos oficiais do Estado e destes para as escolas. Assim, reformas políticas são definidas e estabelecidas, resultantes das disputas ideológicas, das classes sociais, dos projetos propostos por intelectuais, assim como das teorias sociais e políticas, levando a uma recomposição do campo acadêmico e do campo científico.

Figura – 1 Campos de contextualização e recontextualização. (SILVA, 2006 p.4)



Considerando o processo atual de recontextualização do ensino da Sociologia no Brasil, destacam-se os documentos Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (PCNEM, 1999) e Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNEM, 2006) documentos estes, elaborados no campo da recontextualização oficial (Estado), mas em contextos e por agentes atuantes no campo da contextualização (Academias, Centros de Pesquisa). Uma análise comparativa dos documentos corrobora para o entendimento do currículo como *a materialização das lutas em torno de que tipo de educação os grupos sociais desejam implementar na sociedade*. (SILVA, 2006 p.6)

Casão e Quinteiro (2006) realizaram uma análise comparativa dos documentos, elaborados por consultores solicitados pelo Ministério da Educação (MEC). Tais documentos não possuem força de lei, tratam-se de instrumentos cujas funções são (1) *de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias* (BRASIL, 1999 p.4) e (2) *apoio à reflexão e estímulo à revisão de práticas pedagógicas, em busca da melhoria do ensino* (BRASIL, 2006 p.6).

Analisando a proposta de ensino presente nos PCNS, Casão e Quinteiro reconhecem a adoção de um modelo pedagógico de competência<sup>9</sup> em suas diretrizes, e criticam fortemente esta inserção, uma vez que tornam disciplinas específicas em *conhecimentos a serem*

<sup>9</sup> Segundo as autoras tal modelo foi introduzido no sistema de ensino brasileiro, sem debate prévio entre os campos envolvidos, com o objetivo de atender às exigências para concorrer a financiamentos internacionais.

*inseridos em atividades, projetos, programas de estudo ou no corpo de disciplinas já existentes* (BRASIL, 1999 p.4). Tal modelo é reconhecido pelas autoras como fruto de interesses políticos do governo em questão (Gestão do PSDB tendo como presidente da república, Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2002)

Nota-se, então, que durante os oito anos de governo do PSDB, a política educacional brasileira foi orientada pela desregulamentação, com matriz originária do Banco Mundial. Apropria-se do conceito das “competências” dando-lhe uma concepção pragmática de conhecimento de modo que atendesse aos interesses da política neoliberal. (CASÃO e QUINTEIRO, 2006 p.5)

Os PCNS apresentam em suas definições, a ideia de *transversalidade* fortemente criticada por intelectuais que defendem a inserção da Sociologia no ensino médio como disciplina específica, como exposto por Carvalho *apud* Casão e Quinteiro

É a desregulamentação chegando ao ensino. Negam-se as disciplinas, como se nega a ciência e o saber dele decorrente. Para eles, ter conhecimento de Sociologia não significa introduzir a disciplina nos currículos dos cursos. Bastaria, digamos, um professor de matemática discutir com seus alunos um artigo de jornal que trate do desemprego em São Paulo, por exemplo, quando entrar na matéria dos percentuais. Ele já estaria “lecionando Sociologia” aos seus alunos ao tecer comentários sobre a situação do desemprego, concentração de renda, queda de rendimento, etc. (idem p.5)

Um dos trechos dos PCNS destacado pelas autoras<sup>10</sup> diz respeito ao entendimento quanto à noção de cidadania, estando esta *atrelada ao imediato, à mera obediência a regras e deveres como pagar impostos e não como superação e aquisição de direitos, mas o respeito aos direitos que aparecem de forma naturalizada e como se vivêssemos num Estado de Direito plenamente constituído e consagrado* (Idem p.7). Neste mesmo trecho, identifica-se a autonomia atribuída à escola em incluir conhecimentos de Sociologia, de acordo com suas disponibilidades, o que *acaba favorecendo a desregulamentação da disciplina de Sociologia* (Idem p.7).

---

<sup>10</sup> Trecho dos PCNS analisado por Casão e Quinteiro (2006): “ao desenvolvermos textos específicos voltados para os conhecimentos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia, habitualmente formalizados em disciplinas escolares, incluímos diversas alusões – explícitas ou não – a outros conhecimentos das Ciências Humanas que consideramos fundamentais para o Ensino Médio. Trata-se de referências a conhecimentos de Antropologia, Política, Direito, Economia e Psicologia. Tais indicações não visam a propor à escola que explicitamente denominação e carga horária para esses conteúdos na forma de disciplinas. O objetivo foi afirmar que conhecimentos dessas cinco disciplinas são indispensáveis à formação básica do cidadão, seja no que diz respeito a situações concretas do cotidiano social, tais como o pagamento de impostos ou o reconhecimento dos direitos expressos em disposições legais. Na perspectiva do exercício da cidadania, importa em muito o desenvolvimento das competências envolvidas na leitura e decodificação do ‘economês’ e do ‘legalês’”. (BRASIL, 1999).

Outro ponto relativo aos PCNS a ser questionado trata do tópico “O que e como ensinar em Ciências Sociais”. Neste tópico, quanto ao conteúdo a ser ensinado (o que ensinar), os autores do documento apresentam uma série de conceitos muitas vezes deslocados de sua teoria de origem e desvinculados das problematizações contemporâneas. A proposta quanto à metodologia de ensino (como ensinar) está vinculada ao cotidiano, atendendo à premissa de que deve-se considerar as experiências culturais dos alunos como ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem, porém, falta ao texto sugestões práticas para a articulação entre a teoria e a prática de ensino.

Enfim, através de uma leitura das orientações dispostas nos PCNS, percebe-se no texto uma visão favorável ao ensino da Sociologia e o reconhecimento da importância dos conhecimentos desta ciência para atender ao objetivo do ensino médio, de “preparar para o trabalho” e para o “exercício da cidadania”, porém, não há um reconhecimento expresso da Sociologia enquanto disciplina, ficando, portanto a cargo da escola definir sobre o modo de introdução desses conhecimentos no programa escolar. Abre-se, portanto, espaço para questionar a importância que se atribui à Sociologia e, mais especificamente, ao profissional licenciando em ciências sociais, no campo da recontextualização oficial, pois o texto deixa brechas para o entendimento de que é possível uma apreensão dos conhecimentos e das formas de pensamento específicos das ciências sociais, ainda que não sejam transmitidos por especialistas desta área de conhecimento, assim como falta ao texto, definições quanto à operacionalização do ensino das ciências sociais no campo da recontextualização.

As orientações para o ensino médio dispostas na OCNEM colocam a Sociologia em uma posição mais confortável e efetiva em relação ao PCNEM. O texto apresenta em sua introdução, um apanhado histórico da disciplina no campo escolar, reconhecendo sua condição de intermitência e as dificuldades suscitadas em função disso. Há também uma proposta de superar o insuficiente discurso quanto ao papel da Sociologia, qual seja, de “educar para a cidadania”, atribuindo a esta área de conhecimento um duplo papel, de causar o *estranhamento* e a *desnaturalização* de fenômenos sociológicos. No texto, a referência à Sociologia como disciplina, está bem claro, não deixando dúvidas quanto ao seu caráter no ensino médio.

Para dar um conteúdo concreto a essa expectativa, pensa-se, então, numa disciplina escolar no ensino médio que fosse a tradução de um campo científico específico – as Ciências Sociais. Não se pode entender que entre os 15 e os 18 anos, após oito, nove, 10 anos de escolaridade, o jovem ainda fique sujeito a aprender “noções” ou a exercitar a mente em debates circulares, aleatórios e arbitrários. Parece que nessa fase de sua vida a curiosidade vai ganhando certa necessidade de disciplinamento, o que demanda procedimentos mais rigorosos, que mobilizem razões históricas e

argumentos racionalizantes acerca de fenômenos naturais ou culturais. Mesmo quando está em causa promover a tolerância ou combater os preconceitos, a par de um processo de persuasão que produza a adesão a valores, resta a necessidade de construir e demonstrar a “maior” racionalidade de tais valores diante dos costumes, das tradições e do senso comum. (BRASIL, 2006 p.109)

Neste documento, os autores criticam a proposta de tratar a Sociologia de modo interdisciplinar, sinalizando os equívocos que a inserção de conhecimentos das ciências sociais em disciplinas como geografia e história, por exemplo, pode causar. No entanto, os autores defendem a necessidade de existência de um diálogo entre as disciplinas e de uma atuação pedagógica em conjunto.

Quanto à proposta metodológica para o ensino da Sociologia, a OCNEM apresenta contribuição mais significativa que o PCNEM, relacionando os recortes metodológicos: conceitos, temas, teorias e pesquisa sociológica. No texto, os autores expõem as vantagens e desvantagens de se priorizar um ou outro recorte dentro da sala de aula, fornecendo também exemplos do quê, como e por que se trabalhar com o que é proposto. Há também uma discussão sobre o trabalho com os clássicos e a necessidade de uma recontextualização da linguagem, adaptando-a ao Ensino Médio, assim como a importância de se discutir os temas contemporâneos.

Uma análise comparativa entre os dois documentos elaborados sob vigência da LDB/1996, permite perceber que há no mais atual (OCNEM, 2006), mais clareza quanto ao caráter disciplinar da Sociologia, antes enfraquecido pela flexibilidade proposta às escolas. Há na OCNEM maior precisão em relação aos conceitos, anteriormente apresentados de forma indefinida, abstrata, assim como uma orientação metodológica e didática mais apropriada para o ensino da Sociologia. Neste documento, o papel da formação específica para o ensino da disciplina foi considerado como fundamental para a transmissão dos conteúdos em questão.

Enfim, percebe-se atualmente um ambiente favorável quanto à inserção da Sociologia no ensino médio nos campos da recontextualização oficial (contando com uma lei que contempla a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, aprovada desde 2006), e da contextualização (considerando que os consultores e leitores críticos das OCNEM, são professores e pesquisadores da área, comprometidos com a luta pela obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio). Cabe agora, questionar quanto à consolidação da Sociologia no campo da recontextualização: Considerando a obrigatoriedade da Sociologia como disciplina a nível nacional e a relativa autonomia da escola em definir os conteúdos, questionam-se: O papel da Sociologia na escola pública é o mesmo da escola

privada? Qual a percepção do professor quanto ao papel da disciplina e qual seu grau de autonomia para a elaboração e escolha dos conteúdos?

## Capítulo 3

### A recontextualização da Sociologia no ensino público e privado: Análise dos dados

---

No fundo da prática científica existe um discurso que diz: nem tudo é verdadeiro, mas em todo lugar e a todo o momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade talvez adormecida, mas que, no entanto está à espera de nossa mão para ser desvelada. A nós cabe a boa perspectiva, o ângulo correto, os instrumentos necessários, pois, de qualquer maneira, ela está presente aqui e em todo lugar.

Michel Foucault

Neste capítulo, será apresentado o resultado da pesquisa realizada. Em um primeiro momento será apresentada uma breve consideração sobre o sistemas de ensino público e privado e posteriormente, informações gerais sobre as escolas pesquisadas. Após será apresentado o papel atribuído à Sociologia nas duas escolas, através da apresentação dos planos de ensino e do posicionamento dos professores entrevistados com relação ao ensino de sociologia e sua prática diária.

Para a realização desta pesquisa, foi utilizado o método comparativo entre duas escolas de ensino médio, situadas em Porto Alegre, sendo uma pública e uma privada. Quanto às técnicas para o levantamento dos dados, utilizou-se a observação direta das aulas de Sociologia e entrevista semi-estruturada com professores da disciplina. Em seguida, realizou-se uma análise das semelhanças e contrastes do modo como o ensino de Sociologia está sendo desenvolvido nas duas escolas.

#### 3.1 Breves considerações sobre o ensino público e privado

A realidade do ensino no Brasil possui uma complexidade que não cabe neste trabalho, mas uma breve análise se faz necessária. Quanto à esfera pública do ensino, a realidade das escolas, em sua maioria, é de precariedade física em suas instalações, com salas lotadas, classes sucateadas, acesso escasso às tecnologias de informação e comunicação. A escassez não é só material, é humana também: faltam professores, devido à baixa remuneração muitos desistem da docência, há incidência de problemas de saúde agravados pela atividade em sala de aula; a evasão é significativa. Enfim, há deficiências de ordem material, humana, administrativa que devem ser discutidas e revistas para a construção de um sistema público de ensino com qualidade.

A escola privada conta com estrutura adequada, moderna, eficiente para a prática de ensino-aprendizagem, porém apresenta problemas quanto ao caráter conteudista, apresentando como referência em todas disciplinas, as exigências provindas dos exames seletivos.

### **3.2 Considerações sobre as escolas pesquisadas**

Neste tópico, apresentarei alguns dados relevantes quanto às escolas pesquisadas. O objetivo é situar o contexto para subsidiar na análise quanto ao lugar da Sociologia neste campo da educação. Como dito na introdução do trabalho foram duas as escolas investigadas.

Inicialmente, tratarei da escola pública para em seguida apresentar as considerações quanto à escola particular. Os dados coletados fazem parte das observações das aulas, das entrevistas concedidas pelos professores e dos planos de ensino para a disciplina de Sociologia por eles disponibilizados. Cabe relatar a dificuldade encontrada em ser recebida por alguma escola privada. Muitas foram as negativas, sendo o Colégio Nossa Senhora da Glória a única escola a aceitar me receber. É relevante também esclarecer que o planejamento inicial desta pesquisa incluía a análise do lugar da Sociologia na fala dos alunos, porém, não foi permitido aplicar questionário aos alunos na escola de ensino privado. O motivo da negativa foi devido ao tempo disponibilizado para a disciplina (um período semanal), sendo impossível ceder hora para a realização das entrevistas.

A Escola Estadual Agrônomo Pedro Pereira está localizada na zona leste de Porto Alegre, na Avenida Bento Gonçalves nº 8426, Bairro Agronomia. A escola atende aproximadamente 1.500 alunos distribuídos no ensino fundamental e médio nos turnos da manhã e da tarde e Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno da noite.

As disciplinas que compõem a grade curricular são comuns ao ensino médio e EJA, sendo elas: Sociologia, Filosofia, Português, Matemática, Ensino Religioso, Artes, Física, Inglês, História, Geografia, Literatura, Biologia e Química. A Sociologia é oferecida uma vez por semana, em um período.

O Colégio Nossa Senhora da Glória, situado na zona leste de Porto Alegre, na Avenida Oscar Pereira, 3.052, bairro Glória. Pertencente à Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, a instituição compromete-se com a Educação Evangélico-Libertadora.

O currículo escolar é elaborado a partir de comportamentos que hoje o ENEM exige tendo como ponto de partida a construção de conceitos, competências e habilidades nas diversas áreas do conhecimento, inseridas numa proposta interdisciplinar que privilegia a

leitura de mundo, a mobilidade do conhecimento, a problematização, a contextualização e a metodologia de projetos.

As disciplinas que compõem a grade curricular são do ensino médio são: Sociologia, Filosofia, Português, Matemática, Ensino Religioso, Artes, Física, Inglês, Espanhol, História, Geografia, Literatura, Biologia e Química. A Sociologia, assim como na primeira escola, é oferecida uma vez por semana, em um período.

### 3.3 Professores entrevistados

Antes de expor os resultados dos dados coletados, farei uma apresentação dos docentes, formação, há quanto tempo trabalham com a disciplina. Os profissionais serão identificados pelos códigos numéricos 1 (professor da escola pública) e 2 (professor da escola particular), de forma a garantir o sigilo quanto à identidade das entrevistadas.

A tabela a seguir refere-se ao ano e curso de formação e há quanto tempo atuam na área de Sociologia:

**Tabela 1: Ano de formação, início da carreira profissional, tempo de atuação em Sociologia.**

Docente	Ano de formação	Formação universitária	Tempo como docente de Sociologia na escola em questão	Carga horária semanal de trabalho na Sociologia	Outras disciplinas que lecionou ou leciona no tempo de magistério
1	1984	Ciências Sociais Licenc. Plena e Bacharelado	11 anos	1 período por turma	História Geografia Religião Filosofia (atual)
2	1990	Pedagogia Mestrado em Teologia	- 1 ano	1 período por turma	Religião (atual)

Os dados presentes nesta tabela demonstram que na escola pública a Sociologia possui uma posição mais consolidada, considerando o tempo de presença da disciplina na escola e a formação do docente, específico da Sociologia. Na escola particular, a disciplina faz parte do currículo desde 2008, incluída na grade curricular para atender à legislação vigente quanto à sua obrigatoriedade, sendo ministrada por profissional sem formação específica.

Quanto aos dados da escola privada, Meksenas (2010) ponderou sobre os desafios para a consolidação da Sociologia no processo de reintrodução como disciplina obrigatória, pois, ainda com traços de disciplina optativa, possui carga horária infinitamente menor que de outras disciplinas, o que *“leva a ser vista por muitos como um conjunto de aulas complementares para professores com outras habilitações que não Ciências Sociais”* (p. 19).

Nota-se também que demais disciplinas como história, geografia, religião e filosofia são, em algumas circunstâncias, ministradas por professores de Sociologia que não possuem formação em suas áreas de conhecimento.

### **3.4 Significações da Sociologia segundo os professores**

Neste tópico, será realizada a exposição das justificativas dos professores sobre a presença da Sociologia na educação básica.

Na visão do docente da escola pública, a disciplina sofre um preconceito dentro da escola, em comparação às demais disciplinas da grade curricular. Quanto aos colegas de outras disciplinas da escola, o discurso é de que *é importante, mas sempre pedem o horário da disciplina para outras atividades, por exemplo: química, matemática, português.* (Professor 1)

A posição da Direção com relação à disciplina é de incentivo, há um apoio à participação de encontros sobre sociologia no ensino médio. A escola participa seguidamente de encontros e eventos de capacitação e atualização na área.

Os materiais e métodos utilizados são: livro do Pérsio dos Santos e parte de notícias atuais (jornais, revistas)

Os temas a serem trabalhados em Sociologia na escola pública são definidos de acordo com os acontecimentos cotidianos. Fazem parte do programa temas como trabalho/trânsito/violência/identidade.

Para o docente da escola pública, o papel da Sociologia na escola é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, problematizando questões cotidianas e oportunizar espaço para discussão e debates.

A avaliação é considerada pelo docente como um processo contínuo, é contrário à aplicação de provas. Utiliza como métodos avaliativos, a reflexão escrita e trabalhos em grupo.

Há, no discurso do professor, uma visão otimista quanto à obrigatoriedade da Sociologia. O professor acredita que esta condição levará ao aumento da carga horária, assim como poderá possibilitar a sua nomeação, já que atua há 11 anos sob sistema de contrato.

Percebe-se, na escola pública, que o papel da sociologia está pautado na definição de “educar para a cidadania”. A análise da forma como a disciplina está sendo ministrada nesta escola leva a perceber a tendência ao tipo de curso denominado por Meksenas (2010) como *temática fragmentada*, caracterizada pela catalogação de uma série *de temas básicos cujas partes, também somadas, originariam uma pretensa totalidade social* (p. 20).

Na escola privada, o docente avalia o ensino da Sociologia como uma disciplina respeitada por todos os colegas, mas, quando em comparação com português, matemática e química, percebe-se um peso diferenciado em relação à Sociologia.

A Sociologia passou a compor o programa curricular na escola, no ano de 2008, por determinação legal. A Direção da escola não mobiliza os professores para encontros relacionados à sociologia na educação básica.

Quanto ao papel da disciplina na percepção do professor, é propor mudanças na visão de mundo do aluno, desconstruindo pré-noções do senso comum.

O processo de avaliação envolve a aplicação de uma prova e trabalhos em grupo, buscando adequação aos moldes propostos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O plano de ensino elaborado pela escola apresenta como conceitos estruturantes: a representação e comunicação; investigação e compreensão e contextualização sociocultural, conforme exposto a seguir:

Tabela 2: Plano de ensino sociologia 1º, 2º e 3º série do Ensino Médio

CONCEITOS ESTRUTURANTES	HABILIDADES GERAIS	CONTEÚDOS CORRESPONDENTES
<p>Representação e comunicação</p> <p>Investigação e compreensão</p> <p>Contextualização sociocultural</p>	<p>- Entender o sistema de ideias, crenças, valores dos diferentes grupos ou classes sociais .</p> <p>- Ter consciência do estranhamento dos fatos.</p> <p>- Compreender a desnaturalização dos fenômenos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Sociologia pré-científica</li> <li>- O renascimento</li> <li>- A ilustração e a sociedade contratual</li> <li>-A sociologia clássica</li> <li>- A contribuição da antropologia aos estudos da sociedade</li> <li>- A origem da cultura</li> <li>- Comunidade: a contribuição da sociologia à Sociologia contemporânea</li> <li>- A Sociologia e a expansão do capitalismo</li> <li>- Teorias da globalização</li> <li>- Pobreza e exclusão</li> <li>- Culturas contemporâneas</li> <li>-Classes sociais, grupos e tribos.</li> <li>- Cultura de massa</li> <li>- Lugar e comunidades virtuais</li> <li>- Multiculturalismo</li> <li>-A Sociologia no Brasil</li> <li>- Década de 50</li> <li>- O golpe de 64</li> <li>-A Sociologia brasileira no século XXI</li> <li>-Identidades</li> <li>-Sociologia e política</li> <li>-Democracia e direitos humanos</li> <li>- Cidadania</li> <li>- Métodos e técnicas de pesquisa</li> <li>- Sociologia e sociologias</li> <li>- A realidade e os métodos de observação</li> <li>- Experimento, questionário, entrevista, grupo de foco</li> <li>-Outras fontes de dados</li> </ul>

Uma análise dos dados apontados quanto ao método de ensino na escola privada aponta para uma questão importante: a Sociologia entra no programa para assumir o mesmo papel das demais disciplinas: preparar os alunos para exames seletivos para o ensino superior, como expõe Lourenço (2008)

Ensina-se apenas aquilo que cai nas provas principalmente dos vestibulares – dificilmente há uma discussão relacionando a teoria com a prática. Acaba que os estudantes sabem apenas os exercícios propostos, não sabendo a finalidade e complexidade de determinado conhecimento. (p. 4)

Assim, a tendência para este modelo de ensino seria o que Meksenas (2010) define como tendência *conceitual e linear*, caracterizada por um *programa centrado em conceitos apreendidos de modo isolado, com entidades que por si só definiriam as partes das quais a sociedade se compõe*. (p. 19)

## Considerações finais

---

Este trabalho permitiu pontuar questões acerca do ensino da Sociologia na educação básica nas esferas pública e privada de ensino, questões que não possuem a pretensão de concluir o assunto, mas sim provocar o debate.

Ao longo do estágio de docência, muitas questões emergiram, considerando as peculiaridades quanto à inserção da Sociologia na educação básica. É longo o caminho traçado para a consolidação desta como disciplina obrigatória, situação que causa impactos em muitos aspectos da prática de ensino da Sociologia.

A falta de tradição das Ciências Sociais nos meios escolares levam a uma série de dúvidas quanto à sua relevância, definição de conteúdos e metodologias de ensinados adequados, o que permite que a disciplina seja inserida na escola carregada de sentido atribuído pelos agentes envolvidos nos campos de ensino (Estado, academia, escola).

Uma análise quanto ao papel da Sociologia em escola pública e privada de Porto Alegre sob o olhar de professores da disciplina leva a observar as seguintes questões:

1. Apesar da condição inconstante da Sociologia enquanto disciplina obrigatória na escola, algumas escolas públicas mantinham em seus currículos a disciplina, como é o caso da escola analisada neste estudo. Situação oposta nas escolas privadas que apenas incluíram a Sociologia nas grades curriculares por força da lei, fato verificado e discutido no Parecer da Câmara de Educação Básica de 1º de Fevereiro de 2006, que, em encontro com diferentes atores envolvido no debate, entendeu que diante da iniciativa de sistemas estaduais de ensino para suas redes públicas se criou uma situação desigual no acesso aos conhecimentos de Filosofia e Sociologia aos estudantes, havendo, portanto, toda uma população jovem posta à margem destes conteúdos, particularmente, na rede particular.
2. Na escola pública a Sociologia é ministrada por professor com habilitação específica e anos de experiência de docência, enquanto na escola privada, após a inclusão da disciplina, passou a ser ministrada pela professora de Ensino Religioso, com formação em Pedagogia. Esta questão preocupa os defensores da disciplina na escola, pois, como exposto por Meksenas (2010)

Se é ministrada, por exemplo, por licenciados por História ou Pedagogia, há o risco de, no desenvolvimento do conteúdo, o peso maior recair em uma concepção histórica ou pedagógica das relações sociais. Para garantir sua especificidade é necessário que a disciplina Sociologia seja ministrada por um especialista na área – que requer que ela se torne obrigatória no currículo da escola de 2º grau, entre outras coisas. (p. 18)

3. Em ambas as escolas percebem-se o tratamento marginal da disciplina em relação às outras, especialmente português, matemática e química. Consequência talvez da falta de tradição da disciplina, assim como característica de instituição que valoriza as disciplinas que possuem peso em exames seletivos.
4. Os conteúdos propostos na escola pública estão inseridos na pretensão de desenvolver as aulas com temas relacionados aos acontecimentos cotidianos. Fazem parte do programa temas como trabalho/ trânsito/violência/identidade. Na escola privada, o plano de ensino propõe o que Meksenas (2010) define como *tendência conceitual e linear*.
5. Quanto ao conteúdo proposto pela escola pública, se aproxima da proposta disposta na OCNEM que propõe como atribuição da Sociologia desnaturalizar e estranhar os fenômenos sociais e com a definição metodológica de Sarandy (2002):

“A questão metodológica fundamental é: seja qual for o conteúdo, ele será sempre um meio para se atingir o fim: o desenvolvimento da perspectiva sociológica. Mais que discorrer sobre uma série de conceitos, a disciplina pode contribuir para a formação humana na medida em que proporcione a problematização da realidade próxima dos educandos a partir de diferentes perspectivas, bem como pelo confronto com realidades culturalmente distantes.” (pg. 8).

Uma preocupação com esta tendência é o risco de fragmentar e desordenar o curso, reproduzindo o senso comum. Muitas vezes os temas são apresentados desvinculados de sua concepção histórica. (p.20)

6. Quanto ao conteúdo proposto pela escola privada
 

Por estar a escola privada focada em preparar seus alunos para prestar exames e conquistarem o êxito, corre-se o risco de ensinar o que “cai na prova”, dificultando a possibilidade de promover a discussão relacionando a teoria com a prática. Segundo Lourenço (2008) *Não se ensina a produzir uma crítica ou um*

*posicionamento perante as estruturas desiguais da sociedade, reproduz-se apenas o senso comum.*

Assim, conclui-se que analisar as questões relacionadas ao significado atribuído à Sociologia no ensino médio trata-se de analisar um fenômeno sociológico. A construção do currículo, o seu processo de contextualização e recontextualização envolvendo atores do campo educacional, as disciplinas que entram ou saem das grades curriculares, quem as define, a que interesses atende, são questões sociológicas, considerando os reflexos de tais escolhas para a sociedade e para a vida. Afinal, como exposto por Charlot (2000): *Afinal de contas, indo a fundo, nós descobrimos que a relação ao saber é também uma relação com o mundo, com os outros, consigo mesmo, é uma relação com a vida.*

## Referências

---

- ALVES, Manoel. A histórica contribuição do ensino privado no Brasil. Educação v. 32: Porto Alegre, jan./abr. 2009.
- BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do Conhecimento: Estudos sobre Recontextualização. Cadernos de Pesquisa, n. 120, p. 75-110, nov. 2003.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº15/1998. Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Médio. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução 03/98/CNE. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações Curriculares Nacionais. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1999.
- CASÃO, C. D. C., QUINTEIRO, C. T. Pensando a sociologia no ensino médio através dos PCNEM e das OCNEM. Mediações, Londrina, v.12, n. 1. p. 225-238, Jan/Jun. 2007.
- CATANI, Afrânio Mendes; CATANI, Denice Bárbara; PEREIRA, Gilson R. de M. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro através de periódicos da área. Revista Brasileira de Educação, Anped, maio-ago. 2001c, nº 17.
- CHARLOT, Bernard. **A relação ao saber e à escola dos alunos dos bairros populares.** In: AZEVEDO, J.C.; GENTILII P.; KRUG, A. & SIMON C. (orgs.). *Utopia e democracia na Educação cidadã.* Porto Alegre: Editora da Universidad, 2000
- HONORATO, Gabriela de Souza. Sociologia e ensino médio: conquistas e desafios. Revista Espaço Acadêmico nº 69. Fevereiro de 2007.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação. Nº 19 Jan/Fev/Mar/Abr 2002.
- MEIRELLES, M; RAIZER, L.; PEREIRA, T. I. Ensino de Sociologia no Rio Grande do Sul: desafios de formação docente e metodologia.
- MEKSENAS, Paulo. Sociologia. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MOTA, Kelly C.C. da S. Os lugares da Sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas dos professores. Rev. Bras. Educ. nº.29. Rio de Janeiro Maio/Ago,

2005.

MORAES, Amaury César. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*. Maio 2003, vol. 15 no. 1 – ISSN 0103 2070

MEIRELLES, M; RAIZER, L.; PEREIRA, T. I. Ensino de Sociologia no Rio Grande do Sul: desafios de formação docente e metodologia.

SANTOS, Mário Bispo dos, (2002). *A Sociologia no contexto das reformas educacionais: um século de idas e vindas da sociologia no ensino médio*. Universidade de Brasília.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio**. Disponível em [www.espacoacademico.com.br/005/05sofia.htm.2001](http://www.espacoacademico.com.br/005/05sofia.htm.2001).

SILVA, Ileizi. A Sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ensinosociologia.htm> acessado em 28/12/2006 às 23:45m.

SILVA, Tadeu Tomaz da. *Depois das teorias críticas do currículo*. In.: NÓVOA, António e SCHRIEWER, Jürgen (eds.) **A difusão mundial da escola**. Educa: Lisboa, 2000.